

# CONSTRUINDO O PARALELO 49° : COMO O CANADÁ E OS ESTADOS UNIDOS USARAM ESPAÇO, RAÇA E GÊ- NERO PARA TRANSFORMAR AS TERRAS DOS *BLACKFOOT* NAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS DE ALBERTA-MONTANA\*

Sheila McManus

Universidade de Lethbridge, Canadá

Tradução de Sean Purdy<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo

## **Resumo**

Esse artigo explora a divisão das terras do povo indígena *Blackfoot* em regiões fronteiriças de Alberta-Montana entre o Canadá e os Estados Unidos nos anos de 1860-1880. Examina como cada governo nacional percebia e tentava consolidar o controle do “seu” oeste e “seu” lado da fronteira por meio de uma grade de políticas de raça e de gênero. Também pretende mostrar que a divisão era desigual, sempre contestada, e nunca tão bem sucedida quanto queriam e acreditavam as autoridades. A extensão da mudança que eles conseguiram foi, porém, impressionante, e em menos de 30 anos foi estabelecido o fundamento para a sociedade de povoamento branco que iria se seguir.

## **Palavras-Chave**

Canadá • Estados Unidos • História Indígena • Blackfoot • Regiões Fronteiriças

## **Abstract**

This article focuses on how Blackfoot country was turned into the Alberta-Montana borderlands from the late 1860s to the mid 1880s. It explores how this transition was accomplished, where the governments “succeeded” and where they failed. It examines how each national government perceived and tried to consolidate its hold over “its” west and “its” side of the border through a grid of racialized and gendered policies. It argues that the transition was uneven, always contested, and never quite as successful as federal officials wanted and believed it to be. The amount that they did manage to accomplish, however, was remarkable, and in less than 30 years the foundation was laid for the settler society that was to follow.

## **Keywords**

Canada • United States • Aboriginal Peoples • Borderlands • Blackfoot

---

\* Tradução de: Making the 49th Parallel : How Canada and the United States Used Space, Race and Gender to Turn Blackfoot Country into the Alberta-Montana Borderlands.

<sup>1</sup> Agradecimentos a Doralice Meloni Assirati, Marcelo Cândido da Silva, Mary Junqueira e Eduardo Natalino dos Santos pela ajuda na tradução.

A transformação das terras do povo indígena *Blackfoot*, situadas no noroeste das grandes planícies, nas regiões fronteiriças de Alberta-Montana levou menos de meio século. Embora os Estados Unidos e a Inglaterra tivessem concordado em 1818 que o paralelo 49<sup>o2</sup> seria a fronteira na parte oeste, em 1850 a terra na parte leste das Montanhas Rochosas, entre as atuais cidades de Edmonton na província de Alberta no Canadá e Helena no estado de Montana nos Estados Unidos, ainda era uma “selva” mal mapeada, firmemente retida nas mãos das três tribos da Confederação *Blackfoot* : os *Peigan* ou *Piikuni*, os *Bloods* ou *Kainah*, e os próprios *Blackfoot* ou *Siksika*. Até 1900, a região havia sido vistoriada, subdividida e estava sendo rapidamente cedida aos fazendeiros e rancheiros brancos e às companhias ferroviárias, enquanto os *Blackfoot* tinham sido relegados à fome e à pobreza em pequenas e desconexas reservas. No decorrer desse processo, o Canadá e os Estados Unidos tinham enfrentado os mesmos três problemas : como obter o controle da terra, como obter o controle sobre os proprietários originais da terra e como procurar as pessoas “certas” para povoar aqueles espaços enormes. Também compartilhavam os mesmos instrumentos para estabelecer a colonização, tendo à sua disposição o que fosse possível, desde mapas, agrimensuras e legislação até a força armada e a distribuição de ração para os índios.

Cada governo respondeu a esses problemas com uma variedade de políticas baseadas em pressuposições sobre espaço, raça e gênero. Na década de 1850, as sedes dos respectivos governos, Ottawa e Washington, presumiram que os *Blackfoot* estavam ocupando espaço demais e, por isso, deveriam ser removidos para que um maior número de homens brancos pudesse usufruir “melhor” da terra. Nos anos 1880, os dois governos passaram a se preocupar com o fato de que certos homens brancos estavam ocupando espaço demais e eles também deveriam ser forçados a usar menos terra. O objetivo, nos dois casos, era maximizar o número de lotes de 160 acres que poderia ser cedido para fazendeiros brancos. Ao longo do século XIX, oficiais brancos também presumiram que povos indígenas eram “incivilizados”, inferiores e que tinham menos direito à terra do que os brancos, pois os brancos transformariam uma “selva improdu-

---

<sup>2</sup>[Nota de Tradutor (NT) : Paralelo 49<sup>o</sup> é uma expressão coloquial para designar a fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos. A parte oeste desta fronteira fica no paralelo 49<sup>o</sup> de latitude. Regiões fronteiriças são a tradução do termo *borderlands*, usado no original em inglês. Alberta é a província canadense que compartilhava uma fronteira com o território estadunidense de Montana que só em 1889 se tornaria um estado.]

tiva” em fazendas familiares de 160 acres. Ademais, houve a presunção de que a masculinidade tradicional dos *Blackfoot*, baseada na caça e incursões para captura de cavalos, tinha que se submeter à masculinidade branca e européia baseada na agricultura, não apenas considerada superior, como também mais intensiva e sedentária. Essas presunções estavam interligadas e eram evidentes nas atitudes canadenses e estadunidenses sobre a terra dos *Blackfoot* no fim do século XIX, e foram fundamentais na transformação da região.

Este artigo concentra-se nos anos-chave dessa transformação, entre o fim da década de 1860 e a metade da década de 1880, a fim de explorar como essa transição foi atingida, onde os governos tiveram “sucesso” e onde falharam. Examina ainda como cada governo nacional percebia e tentava consolidar o controle do “seu” oeste e do “seu” lado da fronteira por meio de uma grade de políticas de raça e de gênero. Argumenta que a transição era desigual, sempre contestada, e nunca tão bem sucedida quanto queriam e acreditavam as autoridades. A extensão da mudança que conseguiram foi, porém, impressionante, e em menos de 30 anos foi estabelecido o fundamento para a sociedade de povoamento branco que iria se seguir<sup>3</sup>.

As décadas de 1860, 1870 e 1880 foram anos agitados na terra dos *Blackfoot*. Montana se tornou um Território dos Estados Unidos em 1864, e

---

<sup>3</sup> Estudos que examinam os dois lados da fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos não são novos, e incluem obras clássicas com SHARPE, Paul. *Whoop-Up Country: The Canadian-American West, 1865-1885*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1955; SAMEK, Hana. *The Blackfoot Confederacy 1880-1920: A Comparative Study of Canadian and U. S. Indian Policy*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987; e BENNETT, John e KOHL, Seena. *Settling the Canadian-American West, 1890-1915: Pioneer Adaptation and Community Building*. Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press, 1995. Trabalhos que adotam uma abordagem mais explicitamente comparativa de estudos de “borderlands” (o estudo da fronteira como uma construção social e não só como uma política dada), incluem a coleção organizada por KONRAD, Victor. *Borderlands: Essays in Canadian-American Relations*. Toronto: ECW Press, 1991; EVANS, Simon; CARTER, Sarah e YEO, Bill. *Cowboys, Ranchers and the Cattle Business: Cross-Border Perspectives on Ranching History*. Calgary, AB e Boulder, CO: University of Calgary Press and University Press of Colorado: 2000; e LADOW, Beth. *The Medicine Line: Life and Death on a North American Borderland*. New York e London: Routledge, 2001. Os trabalhos mais significativos com a abordagem de “borderlands” encontram-se em teses não publicadas como MCCRADY, David. “Living With Strangers: The Nineteenth-Century Sioux and the Canadian-American Borderlands”. Tese de Ph. D., University of Manitoba, 1998; ROZUM, Molly. “Grasslands Grown: A Twentieth-Century Sense of Place on North America’s Northern Prairies and Plains”. Tese de Ph.D., University of North Carolina at Chapel Hill, 2001; e HOGUE, Michel. “Crossing the Line: The Plains Cree in the Canada-United States Borderlands, 1870-1900”. Tese de Mestrado, University of Calgary, 2002.

em 1870 o governo canadense finalmente assumiu o controle dos Territórios do Noroeste da *Hudson's Bay Company*<sup>4</sup>, adquirindo da noite para o dia uma área cinco vezes maior do que o tamanho original do Domínio do Canadá<sup>5</sup>. Também em 1870, o exército estadunidense massacrrou 173 homens, mulheres e crianças do povo *Piikuni* no rio Marias, um pouco a sul do paralelo 49°. O exército tinha sido autorizado a atacar um grupo de *Piikuni* que supostamente incluía “desordeiros”, mas acabou atacando um grupo pacífico. Em 1873, foram criados pelo governo canadense o Departamento do Interior e a Polícia Montada do Noroeste, com o objetivo de manejar a terra e o povo na margem oeste das pradarias. Depois de ignorar três tratados anteriores, os Estados Unidos deram uma reserva oficial aos *Blackfoot* de Montana em 1874, que foi sendo gradualmente talhada nos 20 anos seguintes. Os *Blackfoot* de Alberta assinaram o Tratado 7 em 1877. A ferrovia *Northern Pacific* chegou a Helena, Montana em 1883 e a *Canadian Pacific* em Calgary, Alberta em 1884.

Cada um desses “eventos” ajudou os governos do Canadá e dos Estados Unidos a consolidarem seu controle na região. Quando burocratas norte-americanos escreveram sobre o Oeste em meados do século XIX, seus adjetivos preferidos eram “imenso” e “ilimitado” – características positivas nas mentes dos governos coloniais. Contudo, eles tinham primeiro que controlá-lo de alguma maneira, encontrar formas de manejar e de administrar tal imensidão. Empregavam agrimensuras da terra para impor uma grade de fronteiras e limites, e censos para determinar quem já estava morando lá. Buscavam uma rede interligada de conhecimento e controle, a eficácia que permitiria a cada estado, como Benedict Anderson sugeriu, “para sempre poder dizer que tudo fosse isto, não aquilo; que pertencia a este, não a aquele lugar”<sup>6</sup>.

Até que o término das ferrovias nos dois lados do paralelo 49° desse aos burocratas do Leste a aparência de controle direto sobre as terras do Oeste, eles tiveram que se contentar com outras maneiras para controlar e manejar o que

---

<sup>4</sup> [NT : Fundada em 1670 pelo rei inglês Carlos II, a *Hudson's Bay Company* dominou o comércio de peles, a sociedade e as políticas de uma grande parte do Oeste e Norte do atual Canadá até 1870.]

<sup>5</sup> [NT : O Canadá conquistou a independência da Grã-Bretanha em 1867 e passou a ser oficialmente chamado de O Domínio do Canadá.]

<sup>6</sup> ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities : Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London : Verso, 1991. p. 184.

eles viam quando olhavam para oeste. A técnica preferida era a coleta de informações : explorando, mapeando e vistoriando as terras do Oeste como um substituto e precursor do verdadeiro controle prático. E o que as agrimensuras, mapas e relatórios informavam aos burocratas permitiu-lhes continuamente recompor sua visão sobre a terra dos *Blackfoot*, como as “selvas desertas” da década de 1850, os “vales férteis” da década de 1870 e “as melhores pastagens de gado no mundo” dos anos 1880. Essa mudança foi criada e acompanhada cada vez mais por meio de informação e supervisão local.

Existe decididamente uma ambivalência nos relatos dos burocratas canadenses e estadunidenses que escreveram sobre a terra a leste das Montanhas Rochosas nos anos 1870. Para os estadunidenses, o Oeste, somente por existir, era prova da grandeza da República. Joseph Wilson, o Comissário da *General Land Office*, declarou em 1870 que “o fim desse atual século provavelmente testemunhará o desenvolvimento de um sistema social mundial, uma reciprocidade de comércio e o desenvolvimento sistemático da indústria em todas as nações do mundo. Essa gloriosa consumação dever-se-á em grande parte à aquisição e à disposição de nosso domínio público pelo governo geral. Nenhuma influência ampliou tanto a área da sociedade livre”<sup>7</sup>.

Para os canadenses, o recém-adquirido Domínio significou que um dia eles também seriam uma grande nação. No seu relatório de 1883, o Vice-Ministro do Interior do Canadá, A. M. Burgess teve o prazer de notar que a quantidade da terra vistoriada e subdividida no Oeste foi naquele ano “igual a 168.750 fazendas de 160 acres cada.” Concluiu que essa se traduziu numa área “capaz de acomodar uma população puramente agrícola de 506.250 pessoas, permitindo uma média de três pessoas por fazenda – um resultado, eu gostaria de apresentar, nunca antes conseguido dentro de um período igual de tempo na história de qualquer país, e que serve para exemplificar a determinação do Governo e a prontidão do povo do Canadá em não poupar energia nem dinheiro para abrir as terras férteis do Noroeste e prepará-las para o povoamento.” Em termos práticos, as agrimensuras de 1883 também tinham comprovado “sem dúvida que grandes parcelas de terra, representadas nos mapas educacionais e

---

<sup>7</sup> Estados Unidos. Department of the Interior, Report of the Secretary of the Interior. House of Representatives Executive Document #1, Part 4. 41st, Congress, 3rd session. 31 de outubro de 1870.

que a atual geração conhece como deserto inútil, encontram-se em boa qualidade e bem apropriadas para vários tipos de agricultura.” Burgess concluiu que não parecia haver nenhuma parte “das porções vistoriadas do Noroeste, sobre qual a natureza não tivesse concedido seus favores pródigos”<sup>8</sup>.

Ambos os governos estavam certos que a região logo seria povoada por “milhões” de brancos. Porém, às vezes, aquele espaço parecia ser bom demais: precisava ser mapeado, parcelado e controlado, e a população indígena tinha o hábito irritante de não ficar parada durante o processo de contagem. As dificuldades pareciam mais insuperáveis para as autoridades estadunidenses, pois os colonizadores brancos foram para o Oeste mais rapidamente do que os agrimensores. Em 1867, Joseph Wilson notou que o Território de Montana era “mais distante do escritório do agrimensor geral” e por causa da “condição desabitada das planícies, devido às incursões dos índios, decidiu-se postergar as agrimensuras naquele Território até a próxima estação”<sup>9</sup>. Quando as agrimensuras começaram em Montana, eles atuaram rapidamente : até 1870, 1,5 milhões dos 92 milhões de acres do Território haviam sido vistoriados. Wilson acrescentou que o Território era maior do que os estados de Nova York, Pensilvânia e Ohio juntos, e que as Montanhas Rochosas eram a sua feição mais marcante”<sup>10</sup>.

A topografia de Montana e o comportamento de alguns dos seus habitantes causaram alguns problemas para os agrimensores. Em 1871, Willis Drummond, o sucessor de Wilson como Comissário da *General Land Office*, escreveu que “devido ao caráter montanhoso de uma grande parte do Território”, as agrimensuras foram realizadas de forma “consideravelmente desconexas, e foram restritas em grande parte àquelas porções separadas da terra realmente disponíveis para povoamento...”. Assegurou seus leitores, no entanto, de que “muito cuidado” tinha sido tomado “para fazer a projeção tão regular quanto praticável”<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Canadá, Departamento do Interior, *Annual Report of the Deputy Minister*, Sessional Papers, Volume 7, #12, 29 de fevereiro de 1884.

<sup>9</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Commissioner of the General Land Office*. 1867.

<sup>10</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Commissioner of the General Land Office*. House Executive Documents, #1, Part 4, 41st Congress, 3rd session.

<sup>11</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Commissioner of the General Land Office*. House of Representatives Executive Document #1. 42nd Congress. 1871.

No ano seguinte, o Agrimensor Geral John Blaine declarou que “por causa das montanhas, as agrimensuras são muito irregulares; mas todas são conectadas por linhas-padrões e meridionais, e projetadas conforme o sistema regular de agrimensura das terras públicas”<sup>12</sup>.

Fazer com que terrenos “abruptos” e “irregulares” se conformassem aos padrões foi mais fácil, porém, do que forçar alguns habitantes do Território a respeitar as demarcações resultantes. Em 1874, o sucessor de Blaine Andrew Smith reclamou ser necessária uma melhor maneira para marcar os cantos das agrimensuras. “Numa área de pastagem como a nossa,” ele escreveu, “onde o gado é numeroso em todo vale e anda nos planaltos e nas colinas adjacentes,” o sistema de postes de suporte em montículos de terra era inadequado. Declarou que os postes “ficam erguidos por algumas horas apenas, às vezes por alguns momentos,” antes do gado bater com as patas e derrubá-los. Em tempo, os postes são “levados para a queima, usados para segurar os cavalos, ou removidos para longe da sua posição inicial.” E sem marcadores fixos para “perpetuar” os cantos da agrimensura, a integridade da agrimensura em si fica comprometida<sup>13</sup>.

Em 1883, o Agrimensor Geral do Canadá, Lindsay Russell, reafirmou essas reivindicações sobre a impermanência dos marcadores de madeira, implicando que tudo, desde as intempéries, o gado, até os povos indígenas, conspirou contra sua continuidade. Incêndios na planície queimavam os postes de madeira nos montículos de terra; rebanhos de gado demoliam os montículos; e as enchentes da primavera levavam “os postes e pouco ou nada da agrimensura sobra. Também são apagados por ignorância ou em virtude da perversidade dos nativos da região da planície, que, caso os boatos sejam verdadeiros, quando estavam viajando numa área da planície onde a madeira para queima não podia ser facilmente conseguida, eram vistos com carretas bem abastecidas de madeira para combustível, consistindo dos postes da agrimensura do distrito municipal, colhidos no caminho.” Postes de ferro sempre foram usados para marcar os cantos de grupos de distritos municipais, mas “o custo adicional [...] de colocar postes de ferro em todos os cantos de cada distrito municipal” agora estava sendo cogitado para tentar resolver o problema<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Surveyor-General of Montana*. House of Representatives Executive Document #1, Part 5. 42nd Congress, 3rd session. 1872.

<sup>13</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Surveyor-General of Montana*. House of Representatives Executive Document #1, Part 5, 43rd congress, 2nd session. 1874.

Problemas semelhantes não parecem ter acontecido com os marcadores de pedra e os postes usados para demarcar o paralelo 49º, mas é possível que logo que a agrimensura tenha terminado nenhum dos lados da fronteira tenha confirmado como a única evidência da fronteira foi mantida. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos primariamente concordaram sobre a linha dividindo seus respectivos territórios ocidentais em 1818 – uma divisão silenciosa e pacífica de uma quantidade enorme de terra, aparentemente tão pouco notável que nem é mencionada em livros didáticos típicos de história no Canadá e nos Estados Unidos. De fato, demorou mais de meio século antes que os dois governos realmente fizessem a agrimensura.

A comissão de agrimensura da fronteira norte-americana foi chamada de “Comissão da Fronteira Internacional” pelo governo canadense e “Comissão da Fronteira do Norte” pelos estadunidenses, e atuou de 1872 a 1874. O paralelo 49º foi vistoriado e marcado com marcadores de pedra, e as Comissões geraram muitas informações sobre a terra na imediata vizinhança da fronteira. Em 1875, David Laird, o Ministro do Interior do Canadá, teve prazer em anunciar que o trabalho da comissão da fronteira havia sido terminado. Concluiu que “a determinação autorizada dessa conexão que estava faltando em nossa linha internacional de fronteira é uma fonte de satisfação ao governo Imperial e ao governo do Domínio.”<sup>15</sup> Logo que a agrimensura foi completada, os governos Imperial e do Domínio, e mesmo o governo estadunidense, devem ter ficado satisfeitos que a conexão que faltava havia sido encontrada e concordada, finalmente confirmando a distinção entre seus dois países. Os governos agora podiam olhar para Oeste e saber, pelo menos, que estavam vendo seus próprios territórios. Contudo, o problema de traçar uma linha separando um país do outro foi claramente menor comparado aos problemas maiores de incorporar “suas” terras ocidentais na economia nacional.

Os dois governos formularam uma variada legislação desenhada para assegurar que as terras ocidentais parecessem e produzissem conforme planejavam. As políticas mais bem conhecidas são o *Homestead Act* de 1862, nos Estados

---

<sup>14</sup> Canadá, Department of the Interior, *Report of Surveyor General*, Sessional Papers, 1884, Volume 7, #12, 31 de dezembro de 1883.

<sup>15</sup> Canadá, Department of the Interior, *Annual Report of the Department of the Interior for year ending*, 30 de junho de 1874. Sessional Papers, 1875.

Unidos, e o *Dominion Lands Act*, no Canadá, em 1872. Ambos<sup>16</sup> codificaram presunções profundamente creditadas sobre espaço, raça e gênero e foram desenhados para parcelar as terras ocidentais, em pedaços de 160 acres, destinadas idealmente aos homens brancos que as tornariam “fazendas familiares”. Ao institucionalizar o ideal de uma fazenda de 160 acres chefiada por um homem branco, é claro que os dois governos tinham expectativas e queriam que o futuro repetisse o passado<sup>17</sup>. Em Ontário ou Ohio<sup>18</sup>, muita chuva e madeira faziam com que um lote de 160 acres fosse de bom tamanho para uma “fazenda familiar”. Mas nas grandes planícies do Norte, localizadas a oeste da linha do meridiano 100º, 160 acres eram insuficientes para ranchos de gado lucrativos e uma área excessiva para fazendas sem irrigação tornarem-se lucrativas<sup>19</sup>.

Ambos os Atos também foram claramente baseados em pressuposições sobre o tipo de pessoa com que cada governo queria povoar o Oeste. Eles presumiram que seriam homens que se mudariam para o Oeste e reclamariam seus direitos à terra, pois o próprio ideal da “fazenda familiar” privilegia a ação humana de homens e a propriedade privada. Por exemplo, Joseph Wilson declarou no seu relatório anual de 1867 que o “propósito” do *Homestead Act* “é incentivar os imigrantes a se identificarem com os campos largos do Oeste, e assegurar sua mão-de-obra por período suficiente na força da masculinidade ou maturidade da vida, para garantir estabilidade aos povoamentos, o desenvolvimento de recursos aráveis e o aumento constante da riqueza agrícola”<sup>20</sup>. A escolha da linguagem não era nova – era meramente a versão dos anos 1860 da visão de pequeno proprietário rural (*yeoman*) do Presidente Thomas Jefferson, transplantada nas novas vistas das áreas a oeste do rio Mississipi.

---

<sup>16</sup>[NT : Esses dois Atos montaram um sistema de *Homestead*, onde os governos do Canadá e dos Estados Unidos cediam gratuitamente um lote de terra de 160 acres (sob algumas condições) para a residência e manutenção de uma família. *Homesteader* era a pessoa que ganhava ou queria ganhar esse lote do governo.]

<sup>17</sup> WHITE, Richard. “*It’s Your Misfortune and None of My Own*” : *A History of the American West*. Norman and London : University of Oklahoma Press, 1991, p. 142.

<sup>18</sup> [NT : Ontário é uma província no Canadá central e Ohio é um estado dos Estados Unidos no meio-oeste.]

<sup>19</sup> DICK, Everett. *The Lure of the Land : A Social History of the Public Lands from the Articles of Confederation to the New Deal*. Lincoln, Nebraska : University of Nebraska Press, 1970, p. 158.

<sup>20</sup> Estados Unidos. Department of the Interior. *Report of the Commissioner of the General Land Office*, 1867.

A única diferença marcante entre as atitudes dos dois governos com respeito às mulheres brancas era que o Ato estadunidense permitiu que solteiras assumissem *homesteads* em condições iguais às dos homens, enquanto mulheres solteiras só puderam fazer isso no Canadá durante os primeiros quatro anos, após o estabelecimento da legislação em 1872. O Ato original canadense não restringiu as provisões de *homestead* aos homens, mas no seu relatório de 1875 o Agrimensor Geral, J. S. Dennis, indicou pretender “fazer com que mulheres, não sendo chefes de famílias, fiquem inelegíveis para assumir *homesteads*” sob o *Dominion Lands Act*<sup>21</sup>. O Ato foi emendado em 1876 para especificar que “qualquer pessoa, homem ou mulher, que fosse o único chefe da família, ou qualquer homem, que tenha 18 anos de idade, tem o direito de entrar no processo para adquirir um quarto de sessão (160 acres) ou uma quantidade menor de terras disponíveis do Domínio, com o propósito de assegurar um *homestead*”<sup>22</sup>. A partir dessa revisão, instalou-se a presunção de que o homem e a mulher teriam direitos diferentes com relação às terras ocidentais do Canadá; apesar de que a legislação estadunidense, mais liberal, não teve um impacto significativo sobre a questão da masculinidade no Oeste ou sobre a conexão entre a masculinidade e a propriedade da terra. Nem Ottawa, nem Washington abandonaram sua visão abrangente sobre o Oeste como uma região que deveria ser organizada com fazendas de 160 acres, mas cada governo foi forçado a fazer concessões a respeito da terra, o que arrastou a fronteira para Leste das Montanhas Rochosas. O fato de que a região fosse seca demais para formas tradicionais de agricultura, porém, foi rapidamente transformado em uma vantagem, e o potencial da terra para a criação de gado rapidamente se tornou seu ponto forte nos relatórios dos canadenses e estadunidenses. Como atividade econômica, sistema de uso da terra e sistema social, a criação de gado não seria incompatível com fazendas de 160 acres, pois envolvia usos bem diferentes de espaço e combinações diferentes de raça e gênero. Ela podia prosperar em terras com relativamente pouca chuva e cobertas de árvores, mesmo as planícies sem vegetação podiam ser usufruídas por brancos e serem somadas à riqueza da nação.

---

<sup>21</sup> Canadá, Department of the Interior, *Annual Report of the Department of the Interior for year ending*, 30 de junho de 1875, Sessional Papers, 1876, #9.

<sup>22</sup> Canadá, *An Act to amend the Dominion Lands Act*, 1876. Section 4.

Os Estados Unidos mantinham de modo mais contundente o ideal do pequeno proprietário rural ao estabelecerem o *Desert Lands Act*, em 1877, que tornou possível que indivíduos ganhassem maiores parcelas de terra a oeste do meridiano 100º se eles prometessem irrigar uma porção das suas propriedades. S.S. Burdett, o Comissário do *General Land Office*, notou no seu relatório de 1875 que entre o meridiano 100º e as montanhas, e “da linha mexicana no sul à fronteira internacional no norte, um conjunto totalmente diferente de condições geográficas, físicas e climáticas existe. Dentro dessa área vasta, não há agricultura como a praticada no vale do Mississippi. Irrigação é indispensável à produção”<sup>23</sup>. A alternativa era usar a terra para a criação de gado e ranchos enormes eram comuns ao longo das grandes planícies do Norte, mas o governo estadunidense não criou políticas para acomodar formalmente esse uso das terras ocidentais da maneira como fez o Canadá.

Devido ao ambiente seco e pouco florestado do sul de Alberta na década de 1870, a solução foi introduzir um sistema no qual rancheiros podiam arrendar do governo federal áreas enormes de terra no sul de Alberta por apenas alguns centavos por acre. Esse sistema demarcou mais uma linha através das terras ocidentais – o canto sudoeste do interior ocidental do Canadá era referido cada vez mais como “terra de ranchos” nos relatórios anuais do *Department of the Interior*, pois era seca demais para agricultura do século XIX, e permitiu que o restante do Oeste mantivesse sua reputação como uma área de “boas terras agricultáveis.”

Deste modo, criando condições para que indivíduos adquirissem maiores parcelas de terra no Oeste, nos anos 1880, ambos os governos começaram a se preocupar com a limitação da quantidade de terra não-indígena que podia ser controlada por agricultores individuais. Foi uma preocupação maior por parte dos Estados Unidos, pois a nação estava chegando ao fim dos seus “ilimitados” espaços ocidentais, e esses espaços supostamente salvaguardavam a democracia estadunidense. A nação já tinha chegado há tempos ao fim da sua expansão territorial continental; se o ideal do pequeno proprietário rural sobrevivesse, não se poderia permitir que indivíduos possuíssem porções de terra particularmente grandes, mesmo que essas terras tivessem sido expandidas legalmente, por meio do *Desert Lands Act*, ou através de cercas ilegais. O Canadá, por outro

---

<sup>23</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of Commissioner of General Land Office*, House Executive Documents #1, Part 5, 44th Congress, 1st Session, 28 de outubro de 1875.

lado, ainda achava que havia espaço para manobrar, pois não estava sendo inundado por imigrantes e nunca vinculou sua identidade ou destino nacional ao ideal do pequeno proprietário rural. As autoridades canadenses, porém, achavam que havia chegado a hora de começar a policiar os *homesteaders* mais de perto, para garantir que as provisões do *Dominion Lands Act* fossem cumpridas e que ninguém mantivesse nenhuma terra injustamente. Até meados da década de 1880, apenas alguns anos depois de instituir o sistema de arrendatário de ranchos, o governo começou a impor cada vez mais restrições aos fabulosos lucros dos arrendatários, para assegurar que a porta ficasse aberta a mais povoamento agrícola no sul de Alberta.<sup>24</sup>

Nos seus esforços para estabelecer e consolidar a hegemonia nacional sobre seus domínios ocidentais, os governos do Canadá e dos Estados Unidos lutaram para assegurar que seus mapas das terras ocidentais e suas políticas de administração dessas terras concordassem com os mapas políticos, econômicos e sociais por eles imaginados para o futuro. Em 1880, o paralelo 49º dividindo a terra dos *Blackfoot* já havia sido vistoriado e marcado, e a terra, em cada um dos seus lados, estava começando a tomar uma forma clara e a adquirir um propósito nacional aos olhos dos “seus” respectivos governos.

No entanto, a terra a leste das Montanhas Rochosas sempre resistiu aos esforços de Ottawa e Washington de categorizá-la e explorá-la. A falta relativa de água significava que a região era mais bem adaptada para a criação de gado em grande escala do que para a agricultura ou fazendas familiares em pequena escala. Uma fronteira determinada pela astronomia significava que a linha de demarcação nunca manifestou uma existência física além dos amplamente separados marcadores de pedra. Assim como a terra, em si, recusou-se a concordar com as visões nacionais, a Confederação dos *Blackfoot*, que compreendia territórios nos dois lados da fronteira, também não cooperou com a delimitação das

---

<sup>24</sup> É claro que os oficiais estadunidenses anteciparam por alguns anos a famosa declaração de Frederick Jackson Turner em 1892 sobre o fim da fronteira, enquanto oficiais canadenses mantiveram sua fé no “último melhor oeste” até o fim do século. TURNER, Frederick. *The Significance of the Frontier in American History*. In : BILLINGTON, Ray Allen (org.). *Frontier and Section : Selected Essays of Frederick Jackson Turner*. Princewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, Inc., 1961. Para uma discussão da percepção das planícies do Canadá como “o último melhor oeste” no fim do século 19 ver OWRAM, Doug. *Promise of Eden : The Canadian Expansionist Movement and the Idea of the West, 1856-1900*. Toronto : University of Toronto Press, 1980.

terras. Aqueles espaços largos e abertos, dos quais os governos estavam tão orgulhosos, ainda eram habitados por comunidades indígenas altamente móveis e que se recusavam a respeitar fronteiras nacionais imaginárias.

Ambos os governos tentaram subjugar, conter e reformar os *Blackfoot* de acordo com as maneiras com as quais eles tentaram controlar e fazer a revisão das questões relativas à terra. Sua persistente mobilidade transnacional criou um problema que cruzava os dois lados da fronteira, desafiando a fronteira ao mesmo tempo em que lhe dava mais significado. Ao construir a idéia de mobilidade e dos grandes territórios como características essenciais dos povos da planície, os governos definiram seu primeiro objetivo : nada mais poderia ser feito com tribos como os *Blackfoot* até que sua mobilidade fosse eliminada e seu território fosse reduzido. Índios não poderiam ser civilizados até que ficassem assentados, preferivelmente numa fazenda para acelerar o processo de assimilação, e fazendeiros brancos não poderiam mudar para o Oeste em grandes contingentes se os povos indígenas estivessem livres para se mover continuamente – objetivos que claramente constituíam os dois lados de uma mesma moeda.

Mesmo enquanto os governos trabalhavam para reduzir dentro das suas fronteiras a quantidade do território e a mobilidade dos povos indígenas, essas iniciativas continuaram a ser frustradas pelo fácil e tradicional cruzamento da fronteira entre Alberta e Montana pelos *Blackfoot*. Os oficiais estadunidenses pareciam se irritar mais com isso do que os canadenses, particularmente durante os anos 1870, quando o Canadá ainda não tinha concluído um tratado com os *Blackfoot*. Em 1870, o Tenente-Coronel Alfred Sully escreveu de Montana que, embora a nação *Blackfoot* fosse “uma das maiores nações de índios atualmente em nosso país,” todos eles “não pertencem propriamente aos Estados Unidos.” Em vez disso, “eles reivindicam em comum uma seção do país da linha Britânica um pouco ao sul da cidade de Helena, e ao norte da linha até o Rio Saskatchewan. Sendo um grupo selvagem e incivilizado, eles, é claro, não consideram qualquer tratado que nós tenhamos com a Grã-Bretanha a respeito da nossa linha de fronteira, mas olham para o país como um todo ao norte e ao sul da linha como sendo deles”<sup>25</sup>. Oficiais notaram que enquanto os *Blackfoot* talvez

---

<sup>25</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of Lt-Col. Alfred Sully, Montana Superintendency*, House of Representatives Executive Document #1, Part 4. 41st congress, 3rd session, 1870.

não prestassem atenção às fronteiras invisíveis criadas pelos brancos, eles tinham as suas próprias. O agente do *Indian Affairs*<sup>26</sup>, J. Armitage, escreveu em 1871 que os *Blackfoot* pareciam “ser governados por linhas imaginárias de fronteira, e se expressam como perfeitamente dispostos a ficar no que eles consideram seu próprio país”<sup>27</sup>.

No entanto, oficiais locais e nacionais queriam que suas próprias fronteiras estivessem claras para estabelecer precedência e ter significação nas terras dos *Blackfoot*. Em 1873, o Agente de Índios de Montana William Ensign informou aos seus superiores que enquanto os *Peigan* vinham à agência regularmente, seus esforços por induzir os *Blackfoot* e os *Bloods* haviam sido vãos até então. Eles atuavam “ao norte da linha Britânica, de duzentos e cinquenta a quatrocentas milhas da agência, e não vêm por causa dos comerciantes ilícitos ...”. Ele tinha certeza que a recente ordem executiva que estabelecia uma reserva para os *Blackfoot* iria ser “de importância e benefício incalculável aos índios e ao Departamento. Antigamente, sem uma reserva com limites definidos, uma grande porção do trabalho do agente necessariamente atingia resultados pífios [...] Essa mudança louvável logo promoverá a cura radical para os muitos males existentes”<sup>28</sup>. Ele nunca especificou porque ou como “uma reserva com limites definidos” iria sanar os males dos *Blackfoot* e de seus agentes; simplesmente tomou por certo que iria.

O ataque pelo exército dos Estados Unidos contra um acampamento dos *Piikuni* no Rio Marias em janeiro de 1870, durante o qual 173 homens, mulheres e crianças foram mortos, foi o mais extremo passo dos Estados Unidos entre os seus esforços para domar os *Blackfoot*. O comissário para assuntos indígenas, Ely Parker, insistiu que os fins justificavam os meios, declarando no seu relatório sobre o massacre que “a morte de mulheres e crianças foi acidental ou inevi-

---

<sup>26</sup> [NT : Os agentes para assuntos indígenas (*Commissioner of Indian Affairs*) eram funcionários dos governos federais no Canadá e nos Estados Unidos, responsáveis, em nível local, por administrar os Tratados e outras relações entre os colonizadores brancos, os governos e os povos indígenas.]

<sup>27</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of Blackfoot Indian Agent J. Armitage*, House of Representatives Executive Document #1, 42nd Congress, 1871.

<sup>28</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of Blackfoot Agent William T. Ensign*, House of Representatives Executive Document #1, Part 5, 43rd Congress, 1st session, 31 de outubro de 1873.

tável. Embora as conseqüências tenham sido deploráveis, a ação foi eficaz completamente em subjugar os índios, e a nação inteira não só tem ficado quieta, mas também disposta a fazer um acordo de paz permanente e manter um bom comportamento no futuro”<sup>29</sup>. Apenas superficialmente os relatórios mencionam que esse massacre havia coincidido com uma epidemia de varíola, e provavelmente foram os golpes combinados que resultaram no seu comportamento mais sedentário e “disposto”.

Burocratas norte-americanos e colonizadores acreditavam fortemente que a população indígena estava ocupando mais do que sua justa parte do continente. Columbus Delano, o Secretário do Interior, declarou em 1872 que o sistema de reservas “tira grande parte dos índios do caminho direto do progresso industrial e permite que o trabalho de povoamento e a extensão das ferrovias avancem até o pleno limite das capacidades de capital e imigração...”. Insistiu que “pouco progresso pode ser feito na tarefa de civilizar enquanto permitido que os índios se movam livremente em reservas imensas”<sup>30</sup>. À restrição da mobilidade e da extensão das comunidades indígenas eram creditadas duas funções: facilitar a assimilação pelos brancos e submeter as terras indígenas ao desenvolvimento pelos brancos.

Dois anos mais tarde, Delano chegou a sugerir que fossem estendidos aos índios, de forma individual, plenos privilégios de ganhar *homesteads* do governo, pois “o requerimento de ter residência fixa por cinco anos” iria “corrigir o instinto de perambular”. Entretanto, essa sugestão nunca foi implementada devido ao preconceito prevalecente de que os índios não eram suficientemente avançados como uma raça para “realmente” estabelecer um *homestead*<sup>31</sup>. O fato de que a legislação estadunidense e canadense sobre *homesteads* nunca tenha sido estendida às comunidades indígenas indica que, apesar da retórica oficial sobre assimilação por meio da agricultura, a linha divisória entre um fazendeiro branco e um fazendeiro indígena iria ficar claramente demarcada.

---

<sup>29</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Commissioner of Indian Affairs*, House of Representatives Executive Document #1, Part 4, 41st Congress, 3rd session, 31 de outubro de 1870.

<sup>30</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Secretary of the Interior*, House of Representatives Executive Document #1, Part 5, 42nd Congress, 3rd session, 31 de outubro de 1872.

<sup>31</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Secretary of the Interior*, House of Representatives Executive Document #1, Part 5, 43rd congress, 2nd session, 1874.

Enquanto cada governo esperava que as reservas e ferrovias resolvessem seus problemas com as comunidades indígenas, sua estratégia preferida era a de supervisão. A característica mais marcante dos relatórios da década de 1870 é uma obsessão por supervisão, contagem e contenção. A cada ano, oficiais nos dois lados da fronteira enfatizavam seus contínuos esforços por conseguir precisão estatística e eficácia. Mas não foi fácil : aqueles espaços imensos, que foram tão atraentes aos colonizadores brancos, foram os principais obstáculos no caminho dos agentes responsáveis por supervisionar os seus índios tutelados. No seu relatório de 1873, o Secretário Delano foi compelido a lembrar aos seus leitores que, considerando que antigamente o governo só podia remover comunidades indígenas “para uma área isolada da civilização”, agora tinha que preservar a “ordem e a segurança entre os índios e os brancos numa vasta região do país, de não menos que quatro mil milhas de comprimento por duas mil e quinhentas milhas de largura, estendendo-se dos extremos limites do norte e noroeste do Território de Washington ao Golfo do México, e da linha que separa os Estados Unidos das possessões britânicas no Norte até a linha que separa os Estados Unidos do território do México no extremo sudoeste”<sup>32</sup>.

Uma reclamação semelhante foi registrada em 1878 por David Laird, agora Governador-Geral dos Territórios do Noroeste. Afirmou que era “impossível” preencher a tabela que o departamento lhe tinha mandado : “Não se pode ter expectativas de que um Superintendente auxiliado por dois agentes, que só assumiram seus cargos em agosto passado, e cujo tempo tem sido devotado inteiramente ao pagamento das anuidades aos índios, poderia fornecer uma declaração, por exemplo, do número de peixes ou quantidade de peles colhidas, ou o número de barracas e tendas, ou a quantidade de trigo colhida num distrito estendido da linha de fronteira dos Estados Unidos ao oceano ártico, e de Keewatin e Manitoba a Colúmbia Britânica e Alaska”<sup>33</sup>. Embora Laird estivesse mais preocupado com o rastreamento da população e Delano com a preservação da paz, seu inimigo em comum foi o tamanho de seus domínios.

---

<sup>32</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Secretary of the Interior*, House of Representatives Executive Document #1, Part 5 43rd Congress, 1st session, 31 de outubro de 1873.

<sup>33</sup> Canadá, Department of the Interior, *Annual Report of the Department of the Interior*, Sessional Papers, 1878, #10.

Agentes locais continuavam, porém, tentando. Em 1874, o Agente para os *Blackfoot* em Montana, R. F. May, relatou que seus esforços em “apurar o número de almas compreendendo as três tribos” não estavam avançando tão rápida e eficientemente quanto ele gostaria. Ele disse que não dispunha de “nenhuma informação confiável” sobre os *Blackfoot* e os *Bloods*, pois ainda passavam a maior parte do tempo na parte ao norte da linha. Foi levado a acreditar que “eles não somam mais que 1,5 mil em cada tribo, embora algumas estimativas indiquem números maiores”. Seu projeto mais ambicioso foi tentar compilar um censo dos índios que eram “elegíveis a ganhar ração – com a intenção de encaminhá-lo ao seu escritório quando terminado, mas considerou a tarefa lenta e tediosa. Muitos dos índios são avessos a darem seus nomes, e em muitos casos eles não deram nome aos seus filhos mais jovens. Para enfrentar essa dificuldade, faço uso da ingenuidade do intérprete [...] em assistir os pais a lhes darem nome”. Ele estimou que levaria de quatro a seis ou mais meses para terminar o censo<sup>34</sup>.

Um desafio semelhante foi enfrentado no sul de Alberta nos anos 1880, quando o governo canadense tentou compilar listas precisas de quem deveria receber o pagamento do Tratado<sup>35</sup>. Em 1882, o Agente Cecil Denny contratou David Mills, cuja mãe era *Kainah* e o pai era um afro-americano, para ajudar no projeto. Conforme a tradição oral dos *Blackfoot*, um dos seus primeiros objetivos era eliminar os *Piikuni* de Montana, que estavam tentando se passar pelos *Kainah* em Alberta a fim de receber dois pagamentos a partir do mesmo Tratado. Sua “habilidade de lembrar e classificar os nomes dos indivíduos e o tamanho das famílias desempenhou um papel importante em impedir que os *Bloods* tentassem falsificar seus números para receber maiores rações”<sup>36</sup>.

Esses exemplos capturam nitidamente as dificuldades que os dois governos enfrentaram no controle das terras dos *Blackfoot* durante sua transição irregular para as regiões fronteiriças de Alberta-Montana. Os espaços abertos e os

---

<sup>34</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Blackfoot Indian Agent R. F. May*, House of Representatives Executive Document #1, Part 5, 43rd congress, 2nd session, 10 de setembro de 1874.

<sup>35</sup> [NT : Frequentemente, os tratados transferindo terras indígenas para os governos do Canadá e dos Estados Unidos estabeleciam provisões de anuidades para cada membro da nação indígena.]

<sup>36</sup> Black White Man. In: DEMPSEY, Hugh A. (org.). *The Amazing Death of Calf Shirt and Other Blackfoot Stories : Three Hundred Years of Blackfoot History*. Saskatoon : Fifth House Publishers, 1994, p. 98.

habitantes originais da terra a leste das Montanhas Rochosas estavam resistindo às tentativas dos governos de dividi-la e parcelá-la para o tipo de residente que teria um nome e condições de mantê-la – fazendeiros e rancheiros brancos. Mas mesmo depois que essa variedade de ferramentas utilizadas para a colonização devesse supostamente ter contido e refeito os *Blackfoot*, autoridades brancas ainda estavam lutando para manter as linhas de divisão entre brancos e índios e estavam longe de atingir sua missão “civilizadora”. As principais estratégias de contenção do governo federal foram insuficientes nas terras dos *Blackfoot*, pelo menos em parte por causa da mobilidade transnacional das tribos, fazendo com que oficiais brancos corressem para conseguir mais controle sobre as fronteiras espaciais e raciais. Oficiais tinham que encontrar maneiras mais eficientes de mudar o que acontecia atrás das linhas de fronteira. Os povos no Oeste, como as terras do Oeste, tinham que ser delimitados por linhas que todos pudessem “ver” e, em teoria, concordar. Ora, para fazer com que essas linhas significassem a coisa certa, autoridades teriam que influenciar o que acontecia do “outro” lado, imobilizando e, portanto, reformando as normas econômicas, culturais e de gênero dos homens e das mulheres *Blackfoot*.

A regulamentação dos limites espaciais da mobilidade indígena estava conectada em um nível fundamental com o desejo de regulamentar todos os aspectos das fronteiras sociais e raciais. Os brancos, no fim do século XIX, queriam acreditar na profunda separação das “raças”, mas é impressionante notar que os oficiais estadunidenses pareciam importar-se mais com os brancos que estavam se intrometendo nas reservas, “degradando” sua raça por se tornarem “índios”, enquanto os oficiais canadenses estavam mais preocupados com as índias que migravam para as cidades brancas, devido à prostituição. O *Indian Act* do Canadá garantiu que uma mulher indígena que se casasse com um branco não fosse mais considerada uma índia e que saísse da reserva em todos os casos. Por causa dessas diferentes construções nacionais sobre a masculinidade racializada e das ameaças de mobilidade inter-racial, a expressão *squaw men*<sup>37</sup> tinha conseqüências diferentes dependendo do lado da fronteira em que o homem estivesse.

Branco e índios deveriam ser mantidos como duas raças distintas, uma “verdade supostamente evidente” que, no entanto, tinha que ser reforçada pela

---

<sup>37</sup> [NT : Um termo pejorativo para um branco que morasse com ou se casasse com uma índia.]

tentativa de manter índios nas terras indígenas e brancos nas terras brancas. A expressão *Squaw men* e o preconceito sobre a prostituição das índias simbolizavam os problemas causados quando as fronteiras espaciais e raciais tornaram-se porosas demais e, portanto, facilmente contestadas. As autoridades brancas presumiam que mulheres indígenas que iam para Calgary ou Lethbridge (Alberta) para ganhar dinheiro através de prostituição estavam se degradando, mas que mais significativamente elas estavam degradando os brancos com quem tivessem contato. Considerou-se que homens brancos que se casassem ou morassem nas reservas com índias estavam se degradando (e, por extensão, a masculinidade branca) e foram percebidos como uma perigosa fonte de descontentamento nas reservas<sup>38</sup>. Numerosas medidas foram tomadas por oficiais brancos para criar e reforçar um pára-choque racial e espacial entre povos indígenas e brancos.

Das cinco nações que haviam assinado o Tratado 7, em 1877, os *Sarcee* ou *Tsuu Tina* foram tidos como mais problemáticos em relação à prostituição, por causa da sua proximidade de Calgary. Entre as três nações dos *Blackfoot*, porém, a localização da reserva dos *Kainah* perto de Lethbridge era vista como fonte de problemas semelhantes. No fim dos anos 1880, o grupo *Kainah*, liderado por Calf Shirt (Camisa de Novilho), tinha mudado para o lado norte da reserva, que ficava mais próximo da pequena cidade de Lethbridge. Sua localização “facilitou que membros femininos da tribo clandestinamente entrassem na cidade à noite, ou que os brancos saíssem...”. Para combater o problema, Calf Shirt foi apontado como escoteiro pela Polícia Montada do Noroeste. Durante o tempo em que ele teve esse cargo, lutou pela proibição da entrada de pessoas indesejadas no seu acampamento e foi bem sucedido até certo ponto em acabar com a prostituição<sup>39</sup>. Nessa instância, não era a mobilidade dos índios o que estava causando problemas para as autoridades brancas; era a mobilidade das índias que tinha que ser controlada, e os líderes dos índios pareciam estar dispostos a trabalhar com as autoridades brancas para atingir esse objetivo.

O Secretário do Interior, Lamar, escreveu no seu relatório de 1885 que seu departamento foi determinado a “suprimir” os “grandes males oriundos da

---

<sup>38</sup> A prostituição não foi mencionada pelos agentes dos *Blackfoot* em Montana, talvez por que a reserva não ficasse próxima a qualquer grande povoamento dos brancos e talvez porque sua real preocupação era a degradação da masculinidade branca.

<sup>39</sup> The Snake Man. In: DEMPSEY, Hugh (org). *The Amazing Death of Calf Shirt and Other Stories*, op. cit., p. 147.

presença de brancos maus e perigosos dentro das reservas.” Um alvo particular foram os “*squaw men*’, que se casavam ou atuavam como maridos das índias. A má influência desses *squaw men*, diz-se, ser muito grande.” Foi considerado que eles “fomentavam a discórdia entre os índios, perturbavam sua inclinação pacífica em direção aos colonizadores na área ao redor da reserva e incitavam oposição da parte dos índios às medidas adotadas e regulamentos prescritos pelo Departamento para seu avanço e civilização.” Lamar pediu que a legislação forçasse que qualquer índia casada com um branco fosse “considerada uma cidadã” e inelegível a morar na reserva, semelhantemente à legislação de naturalidade que concedia à mulher a cidadania do seu marido. Concluiu que “não deveria haver nenhuma exceção à lei que faz com que a mulher e a criança sigam o estado e a condição do pai, em favor de homens cujos baixos instintos os forcem a abandonar a civilização, a se esconderem das restrições da lei e se livrarem das ordenanças e observâncias sociais”<sup>40</sup>. Apesar de não mencionar o *Indian Act* do Canadá, é importante notar sua recomendação para que os Estados Unidos seguissem legislação idêntica.

Ao mesmo tempo em que os *Blackfoot* desafiavam os significados da fronteira por continuar a cruzá-la de um lado para o outro, sua mobilidade na verdade tornou-se uma maneira de as autoridades reforçarem a fronteira. Os estadunidenses continuaram a se referir ao Canadá como “as possessões britânicas”, por exemplo, e cada lado culpou o outro pelo comércio de uísque e o roubo de cavalos. Em 1871, por exemplo, o Agente em Montana, J. Armitage escreveu que como “as linhas britânicas” estão apenas a “setenta milhas ao norte da agência e cem milhas do Forte Benton, é permitido que os comerciantes de uísque tenham um abrigo seguro se estiverem sendo perseguidos...”<sup>41</sup>. Em 1874, o Agente em Montana Robert May relatou que estava demorando mais do que o esperado para obter uma contagem precisa das três tribos sobre as quais sua agência era responsável. Ele não tinha “nenhuma informação confiável” sobre os *Blackfoot* e os *Bloods*, porque eles ainda ficavam a maior parte do seu tempo ao Norte da linha, apesar de ele ter pensado que sua contagem havia sido

---

<sup>40</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Annual Report of the Secretary of the Interior*, House Executive Documents, 49th Congress, 1st Session, Document #1, Part 5, 1 de novembro de 1885.

<sup>41</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of Blackfoot Indian Agent J. Armitage*, 1871.

reduzida bastante nos quatro ou cinco anos anteriores : “O intercuro sem restrições que eles têm desfrutado, no solo britânico, com a pior e mais negligente classe de homens brancos no mundo, tem trazido junto os seus males – uísque, pólvora e bala, doença e morte”<sup>42</sup>. No ano seguinte, o *Department of the Interior* do Canadá teve prazer em relatar que a polícia montada tinha eliminado do sul de Alberta “os bandos de ladrões e de desesperados de Montana e dos territórios vizinhos” que estavam fornecendo bebidas alcoólicas e armas aos *Blackfoot* e outros índios”<sup>43</sup>.

Até o fim da década de 1870, ambos os governos acreditaram que tinham superado ou estavam próximos de superar seus primeiros dois problemas com os espaços ocidentais : a terra tinha sido controlada por meio de mapeamento, agrimensura e legislação, e a população indígena logo iria ser controlada por meio de sua marginalização física e retenção nas reservas. A terra podia ser vista, portanto, como seguramente “vazia”, esperando a maré de imigrantes brancos, preferivelmente homens, que poderiam reivindicar e desenvolver suas fazendas de 160 acres e acrescentar à riqueza dos governos do Leste.

Os Estados Unidos sabiam que não precisavam se esforçar para atrair imigrantes, pois já estavam atraindo a maioria dos imigrantes do mundo. Entre 1861 e 1880, um pouco mais de 5 milhões de imigrantes chegaram aos Estados Unidos, mais de 4,3 milhões vindos da Europa e mais de 537 mil vindos do Canadá e Newfoundland<sup>44</sup>. Em comparação, a imigração total para o Canadá entre 1867 e 1892 foi de 1,5 milhões, embora muitos desses estivessem somente passando no caminho que levava aos Estados Unidos<sup>45</sup>. Números como esses permitiram a Joseph Wilson declarar francamente em 1870 que os “Estados Unidos é a terra favorita do imigrante. Outros países apresentam atrações iguais nas vantagens naturais de solo, clima e localização, mas ainda não têm atraído

---

<sup>42</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of Blackfoot Indian Agent R. F. May*, House of Representatives Executive Document #1, Part 5, 43rd congress, 2nd session, 10 de setembro de 1874.

<sup>43</sup> Canadá, Department of the Interior, *Annual Report of the Department of the Interior for 1875*, Sessional Papers, 1876.

<sup>44</sup> Estados Unidos, Department of Justice, Immigration and Naturalization Service, *Report of the Select Commission on Western Hemisphere Immigration*, Janeiro de 1968.

<sup>45</sup> KELLEY, Ninette e TREBILCOCK, Michael. *The Making of the Mosaic : A History of Canadian Immigration Policy*. Toronto : University of Toronto Press, 1998, p. 63.

imigração”. O Canadá, por exemplo, “fica mais próximo da Europa, oferecendo vantagens para o povoamento pelas suas raças do norte, talvez igual aos nossos estados do noroeste, mas apesar de todo esforço do governo britânico, a grande maioria dos imigrantes direcionados a esse ponto são logo atraídos à mais genial nacionalidade dos Estados Unidos da América”<sup>46</sup>. Em parte como resultado dessa confiança e em parte também como resultado dos limites constitucionais do envolvimento federal na imigração, o governo estadunidense fez pouco mais do que tentar obter uma contagem precisa de todos os imigrantes e se preocupar com as condições nos navios de imigração<sup>47</sup>.

Embora as autoridades estadunidenses falassem muito pouco sobre imigração, em comparação com a maneira com que esse assunto dominava as discussões canadenses, a maior parte do que eles diziam era moldado pelos seus objetivos de colonização no Oeste – seja pelo objetivo de apresentá-la como o “ímã” principal para imigrantes, seja pela intenção de conseguir somente a melhor qualidade de imigrantes. Como Wilson opinou no seu relatório de 1870: “as massas da Europa e as populações já estabelecidas de nossos velhos estados estão especialmente interessadas nas grandes oportunidades do empreendimento individual que agora desenvolve-se no Oeste.” Acreditava que “o privilegio do *homestead*” ia servir como “incentivo para um movimento até mais rápido de imigração”<sup>48</sup>. Qualquer que fosse a razão, os Estados Unidos estavam recebendo centenas de milhares de imigrantes a mais do que o Canadá a cada ano.

O governo federal do Canadá tinha, porém, a autoridade de assumir um papel ativo em atrair imigrantes e, em relação aos Territórios do Noroeste, possuía uma idéia clara sobre o tipo de colonizador que ele queria. Preocupações espaciais e raciais tomavam o primeiro plano igualmente nos relatórios de

---

<sup>46</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Commissioner of the General Land Office*, House of Representatives Executive Document #1, Part 4, 41st Congress, 3rd session, 31 de outubro de 1870.

<sup>47</sup> Os Estados Unidos tinha uma Agência Nacional de Imigração entre 1864-1868, mas ela desapareceu por causa de ineficiência e preocupações estaduais, e houve relativamente pouco envolvimento direto do governo federal até o Serviço de Imigração e Naturalização ser criado nos primeiros anos da década de 1890.

<sup>48</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Commissioner of the General Land Office*, House Executive Documents #1, Part 4, 41st Congress, 3rd session, 31 de outubro de 1870.

agentes e ministros. O objetivo principal do governo era atrair fazendeiros brancos, mas mesmo os grupos preferidos de imigrantes brancos, tais como os britânicos, escoceses, escandinavos, suíços e euro-americanos, foram classificados conforme a sua habilidade presumida de lidar com o tamanho das terras no Oeste do Canadá. Muitos europeus foram rejeitados por serem, na verdade, acostumados com escalas menores: bons para criar “um pequeno gerânio num vaso de terra ou para alimentar uma família inteira com poucos acres de terra”, mas não apropriados para grandes lotes de terra cedidos pelo governo<sup>49</sup>. Imigrantes euro-americanos foram altamente desejados tanto pela sua pretensa experiência com agricultura e colonização nas regiões de fronteira, como para tentar e demonstrar que o Canadá podia atraí-los tão bem quanto os Estados Unidos pareciam atrair os imigrantes do mundo.

É provável que mulheres brancas e índias não ocupassem nada além do que um lugar periférico na visão dos Estados Unidos sobre como o seu Oeste deveria se parecer<sup>50</sup>, mas a população miscigenada ativa (*Métis*) no Canadá e o esforço do país por atrair colonizadores brancos forçaram o governo a considerar ativamente os “problemas” causados por mulheres indígenas e a necessidade resultante de que as brancas povoassem o Noroeste. Os Estados Unidos sabiam que, mesmo sem nada fazer, ainda atraíam a maioria dos migrantes do mundo e, por causa disso, pensavam pouco sobre a imigração ou o fortalecimento da masculinidade do seu Oeste. É claro que ambos os governos tinham tanto a masculinidade como a cor branca de pele como uma característica principal da imigração desejável, pois a criação de gado e a agricultura em grande escala, a dureza e a rigorosa autoconfiança, eram associadas com a masculinidade. Mas os esforços do Canadá em atrair imigrantes significavam que também tinham que pensar sobre como atrair mulheres brancas.

O papel mais consistente e explícito desempenhado por mulheres brancas, na visão do estado canadense sobre a imigração, era o de serventes domésticas, e todo ano os Agentes baseados no Canadá pleiteavam a vinda de mais mulheres

---

<sup>49</sup> O primeiro comentário veio do agente em Londres (Canadá, Department of Agriculture, *Report of Minister of Agriculture for 1870*, Sessional Papers, 1871, #64), enquanto o segundo é do agente europeu Edward Barnard Jr., (Canadá, Department of Agriculture, *Annual Report of Minister of Agriculture for 1872*, Sessional Papers, 1873, #26).

<sup>50</sup> Mulheres indígenas não parecem ser mencionadas de qualquer forma nos relatórios dos anos 1870, à exceção das mulheres mortas ou capturadas no Massacre de Marias.

jovens e solteiras. Serventes domésticas e trabalhadores agrícolas foram os dois grupos que regularmente receberam passagens subsidiadas. Apenas raramente os agentes faziam uma conexão explícita entre encorajar mulheres brancas a irem para o Canadá e prover os homens brancos de esposas, de modo a evitar que procurassem parceiras entre as mulheres índias. Em 1870, o Agente William Grahame, postado em Minnesota, notou que se mais mulheres brancas não viessem para o Canadá, a única outra opção seria que os *homesteaders* “levassem uma vida de solteiros, ou se casassem com índias...”<sup>51</sup>. Em 1886, o Agente em Brandon, Manitoba (Canadá), escreveu que mais esforço deveria “ser feito para mandar meninas ou mulheres fortes e saudáveis, acostumadas ao trabalho da casa, para esse país.” Não somente era garantido a elas trabalho com bom salário; “sua presença aqui, sem dúvida, resultaria no preenchimento de posições mais importantes, como a de esposas de jovens fazendeiros que agora estavam sofrendo as misérias e inconveniências da vida de solteiro, nas fazendas das planícies de Manitoba e do Noroeste”<sup>52</sup>. Casamento entre índias e brancos não era uma técnica favorecida, porque tais uniões resultariam em “desagradáveis” filhos mestiços.

Quando não estavam falando sobre a ida de mulheres brancas para o Canadá como serventes domésticas, os relatórios dos agentes de imigração geralmente as colocavam no papel de imigrantes relutantes e até mais relutantes como *homesteader*. Em 1870, por exemplo, o agente de imigração em Carlisle, Inglaterra, estava pressionando o governo canadense a doar terra para um grupo de colonizadores dos condados britânicos, da mesma maneira como a terra havia sido doada para grupos de colonizadores menonitas e islandeses. Ele usou os temores das mulheres como uma de suas justificativas: “Um dos maiores medos entre muitas das melhores classes de colonizadores nesse país, e especialmente entre mulheres, é que eles chegariam num país novo e selvagem onde não conheciam ninguém, e que o povo do país não lhes seria simpático”<sup>53</sup>. Sua mensagem

---

<sup>51</sup> Canadá, Department of Agriculture, *Report of the Minister of Agriculture*, Sessional Papers, 1879, #9.

<sup>52</sup> Canadá, Department of Agriculture, *Report of Brandon, Man. Immigration Agent Mr. Thomas Bennett*, Sessional Papers, 1886, Volume #7, Paper #10, Appendix #13, p. 87.

<sup>53</sup> Canadá, Department of Agriculture, *Report of the Minister of Agriculture*, Sessional Papers, 1879, #9.

era que o Canadá ganharia mais das “melhores classes” de imigrantes da Inglaterra se o governo permitisse que eles o povoassem como um grupo e, portanto, providenciasse familiaridade e segurança para as mulheres. No ano seguinte, o Agente William Grahame usou a delicadeza da mulher como uma das razões porque os homens deveriam emigrar para o Canadá à frente de suas famílias. Durante uma visita a Emerson, Manitoba, ele tinha se “impressionado” com “o olhar desapontado claramente visível no rosto dos recém-chegados, especialmente das mulheres. E de fato não foi uma surpresa, pois quando pensamos que essas pessoas deixaram casas confortáveis num país em que tudo estava num estado avançado de melhoramento e depois os imaginamos chegando nessa “terra prometida”, dando o seu primeiro passo para fora da plataforma do trem e entrando quase até o joelho na lama.” Grahame pensava que o homem deveria chegar ao Oeste no outono, para que quando sua família chegasse, na primavera, ele já estivesse preparado<sup>54</sup>.

Contudo, mesmo essas poucas declarações superaram dramaticamente em número as referências às mulheres nas limitadas discussões estadunidenses sobre imigração. O Secretário do Interior, J.D. Cox, opinou em 1870 que, apesar de um quinto dos imigrantes de cada ano serem menores de 15 anos, “essa deficiência é bem compensada pela preponderância de homens sobre mulheres”<sup>55</sup>. Dois anos mais tarde, durante a discussão da proposta de legislação para proteger imigrantes, as péssimas condições nos navios da Europa consistiram em particular perigo à castidade das passageiras<sup>56</sup>. Enquanto o Canadá via as mulheres brancas como tendo pelo menos um papel pequeno na colonização das terras ocidentais, os Estados Unidos só as viam como obrigações, como necessitadas de proteção especial.

No fim dos anos 1880, então, o paralelo 49º dividindo as terras dos *Blackfoot* não só tinha sido vistoriado e marcado, como também a terra dos dois lados

---

<sup>54</sup> Canadá, Department of Agriculture, *Report of Immigration Agent at Duluth Minnesota*, Sessional Papers, 1880, Volume #7. S. P. #10.

<sup>55</sup> Estados Unidos, Department of the Interior, *Report of the Secretary of the Interior*, House of Representatives Executive Document #1, Part 4, 41st Congress, 3rd session, 31 de outubro de 1870.

<sup>56</sup> Estados Unidos, Senate, *Message from the President recommending Legislation in relation to the transportation of immigrants to and within the United States*, Senate Executive Document #73, 42nd Congress, 2nd session.

estava começando a tomar forma aos olhos de “seus” respectivos governos. A terra era um pouco menos distante e estrangeira e os *Blackfoot* pareciam menos móveis e ameaçadores do que haviam sido no começo da década. Para atingir o que queriam no Oeste, o Canadá e os Estados Unidos tiveram que traçar as linhas que importavam : o paralelo 49º tinha que, claramente, distinguir um país do outro, por exemplo, e as fronteiras das reservas supostamente tinham que separar, claramente, os índios dos brancos.

Sem mais ficções burocráticas, porém, as demarcações espaciais e raciais não estavam avançando rápida ou concretamente. A transformação do país dos *Blackfoot* em uma região de fronteira era irregular e não foi tão bem sucedida, pois os ideais e as políticas do Leste nunca conseguiram se equiparar às realidades do Oeste. No Oeste, a terra e seus habitantes indígenas resistiram e a grade discursiva e política de preconceitos raciais, espaciais e de gênero estava cheia de equívocos. No entanto, ambos os governos fizeram bastante progresso nos seus objetivos nacionais de criar um Oeste povoado e agrícola, e em 1900 as linhas e categorias das regiões fronteiriças de Alberta-Montana dominariam o que havia sido as terras dos *Blackfoot*.

## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities : Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Ed. Rev. London : Verso, 1991.
- BENNETT, John e KOHL, Seena. *Settling the Canadian-American West, 1890-1915 : Pioneer Adaptation and Community Building*. Lincoln, Nebraska : University of Nebraska Press, 1995.
- DEMPSEY, Hugh A. (org.). *The Amazing Death of Calf Shirt and Other Blackfoot Stories : Three Hundred Years of Blackfoot History*. Saskatoon : Fifth House Publishers, 1994.
- DICK, Everett. *The Lure of the Land : A Social History of the Public Lands from the Articles of Confederation to the New Deal*. Lincoln, Nebraska : University of Nebraska Press, 1970.
- EVANS, Simon; CARTER, Sarah e YEO, Bill. *Cowboys, Ranchers and the Cattle Business : Cross-Border Perspectives on Ranching History*. Calgary, AB; Boulder, CO : University of Calgary Press; University Press of Colorado, 2000.
- HOGUE, Michel. *Crossing the Line : The Plains Cree in the Canada-United States Borderlands, 1870-1900*. Tese de Mestrado, University of Calgary, 2002.

- KELLEY, Ninette e TREBILCOCK, Michael. *The Making of the Mosaic : A History of Canadian Immigration Policy*. Toronto : University of Toronto Press, 1998.
- KONRAD, Victor. *Borderlands : Essays in Canadian-American Relations*. Toronto : ECW Press, 1991.
- LADOW, Beth. *The Medicine Line : Life and Death on a North American Borderland*. New York e London : Routledge, 2001.
- MCCRADY, David. *Living With Strangers : The Nineteenth-Century Sioux and the Canadian-American Borderlands*. Tese de Doutorado, University of Manitoba, 1998.
- OWRAM, Doug. *Promise of Eden : The Canadian Expansionist Movement and the Idea of the West, 1856-1900*. Toronto : University of Toronto Press, 1980.
- ROZUM, Molly. *Grasslands Grown : A Twentieth-Century Sense of Place on North America's Northern Prairies and Plains*. Tese de Ph.D., University of North Carolina at Chapel Hill, 2001.
- SAMEK, Hana. *The Blackfoot Confederacy 1880-1920 : A Comparative Study of Canadian and U. S. Indian Policy*. Albuquerque : University of New Mexico Press, 1987.
- SHARPE, Paul. *Whoop-Up Country : The Canadian-American West, 1865-1885*. Minneapolis : University of Minnesota Press, 1955.
- TURNER, Frederick. The Significance of the Frontier in American History. In : BILLINGTON, Ray Allen (org.). *Frontier and Section : Selected Essays of Frederick Jackson Turner*. Princewood Cliffs, N.J. :Prentice-Hall, Inc., 1961.
- WHITE, Richard. *"It's Your Misfortune and None of My Own" : A History of the American West*. Norman and London : University of Oklahoma Press, 1991.